

A MODERNIZAÇÃO RECENTE DA PECUÁRIA BOVINA EM RONDÔNIA: NORMAS TERRITORIAIS E A NOVA PRODUTIVIDADE ESPACIAL

THE RECENT MODERNIZATION OF LIVESTOCK IN RONDÔNIA (BRAZIL): TERRITORIAL NORMS AND THE NEW SPATIAL PRODUCTIVITY

Mirlei Fachini Vicente Pereira

Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, MG, Brasil, mirlei@ig.ufu.br

RESUMO

São avaliadas as dinâmicas recentes de uso do território no estado de Rondônia (Brasil), a partir das transformações que a pecuária bovina conhece recentemente, especialmente na primeira década do século atual. São avaliados os elementos mais significativos para o incremento e modernização da pecuária bovina em Rondônia – a modernização das infraestrutura territorial e as novas normas territoriais que tornam viável a industrialização da produção de carnes e uma nova produtividade espacial para a atividade.

Palavras-chave: Uso do território. Pecuária bovina. Normas. Produtividade especial. Rondônia.

ABSTRACT

The aim of this study was to evaluate the recent dynamics of territory use in the state of Rondônia, Brazil (in the Amazon region), from the transformations that the livestock activity know, especially in this first decade of this century. Are discussed the most significant elements for advancement and modernization of livestock in the area - the modernization of territorial equipment and the new territorial norms that enables the viable the process of industrialization of production and a new spatial productivity for this activity.

Keywords: Territory use. Livestock. Norms. Spatial productivity. Rondônia (Brazil).

Artigo recebido para publicação em janeiro de 2015

Artigo aceito para publicação em abril de 2015

INTRODUÇÃO

A partir dos anos 1970, vastas porções no interior do território brasileiro têm sido convertidas em espaços onde hoje se pratica uma moderna agropecuária de exportação, espaços estes onde toda a contemporaneidade e complexidade das diferentes ações e intenções de uso do território como recurso (SANTOS, 2000; SANTOS; SILVEIRA, 2001) se manifestam, exigindo esforços de uma interpretação geográfica que, quiçá, possa auxiliar na orientação de projetos outros; projetos estes que ao mesmo tempo apareçam como crítica e como alternativa à situação tal como ela se apresenta hoje.

A história recente da pecuária bovina realizada no Brasil é marcada pela modernização do território e da produção, que, nas últimas quatro ou cinco décadas, conheceu uma inegável reestruturação - um expressivo aumento do rebanho bovino (de corte e de leite), significativa melhora da produtividade e

qualidade do gado bovino e uma significativa expansão territorial da produção, que incluiu a emergência de conflitos de terra, desflorestamento de vastas áreas e a criação de modernas regiões produtivas no interior do país, etc.; processo este que alterou por completo a natureza da atividade.

Um conjunto de novos espaços produtivos voltados à pecuária se estabelece no interior do país (regiões Centro-Oeste e Norte), e uma nova dinâmica e modernização da produção, em função do cenário favorável de exportação do produto nacional (especialmente as carnes in natura) promovem uma verdadeira reestruturação territorial produtiva da atividade no Brasil. As tradicionais regiões produtoras do Sudeste, Sul e Nordeste, que em 1975 detinham, respectivamente, 35, 21 e 18% do rebanho bovino nacional, conhecem até o ano de 2010 um acréscimo lento, perdendo a participação relativa da produção no conjunto do território na medida em que os novos fronts (SANTOS; SILVEIRA, 2001) da pecuária brasileira se afirmam a partir dos anos 1970 no Brasil central e nas bordas da Amazônia, expandindo a produção em espaços recém abertos e que de algum modo já nascem modernos e racionalizados.

O resultado de tal processo é que o Brasil se consolida atualmente como o segundo maior produtor de bovinos de corte (perdendo apenas para os EUA), quinto maior produtor de leite e derivados e maior exportador de carne bovina do mundo (LOPES et. al., 2012). A pecuária moderna que se estabelece ao longo das últimas décadas permitiu que o efetivo do rebanho bovino nacional dobrasse de tamanho (entre 1975 e 2010), alcançando hoje mais de 209 milhões de cabeças (IBGE, 2012).

As regiões Centro-Oeste e Norte são hoje as principais produtoras, detendo a maior parte do rebanho bovino nacional – 35 e 20%, respectivamente, no ano de 2010 (em 1975, a participação destas duas regiões era, respectivamente, 24 e 2%) (IBGE, 2012). A região Norte, onde se localiza o estado de Rondônia (Figura 1), conheceu o maior acréscimo de animais neste período, aumentando em vinte vezes o seu rebanho.

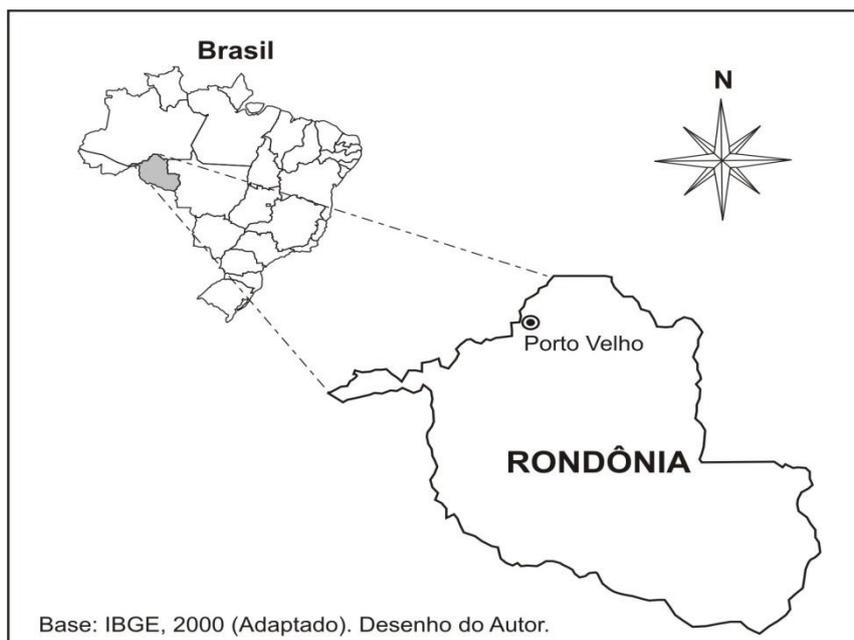


Figura 1. Localização do estado de Rondônia, Brasil.

O estado de Rondônia sem dúvida alguma foi um dos espaços que conhecem intensa modernização da pecuária bovina, com aumentos significativos da produção e da produtividade. Mas a análise de tal situação exige considerarmos a dinâmica de modernização da pecuária no conjunto do território nacional, visto que um lugar e sua configuração territorial só podem ser compreendidos quando avaliados à luz da formação socioespacial (SANTOS, 1977), ou seja, quando se leva em conta a dinâmica do território nacional como um todo e as suas participações numa divisão territorial do trabalho por vezes desenhadas no exterior.

O meio geográfico e a estrutura fundiária do estado conhecem, desde então, certa preparação para a empresa capitalista de origem externa. O avanço da pecuária em vastas áreas de floresta, ou mesmo tomando áreas onde originalmente foram assentadas famílias de agricultores de diferentes partes do país, concorre com as atividades agrícolas de pequeno porte praticadas com vistas a suprir as demandas locais.

Nas últimas duas décadas, o crescimento da atividade pecuária no estado de Rondônia ocorre a partir de esforços de modernização das atividades produtivas, com uma atualização dos conteúdos que lhe dão suporte, especialmente pela maior instrumentalização do território que resulta de um conjunto de

normas territoriais que garantem isenções fiscais e tornam Rondônia um estado muito competitivo para a produção, conferindo a este espaço, especialmente no que se refere à indústria de carnes, aquilo que Santos (1999) reconhece como uma nova “produtividade espacial”, visto que a produtividade e lucratividade das atividades deixam de ser definidas apenas pela ação dos próprios empreendimentos, para cada vez mais dependerem de um conteúdo fundamentalmente territorial (recursos estratégicos, fluidez, infraestruturas, normas específicas que asseguram vantagens, etc.). Assim, quanto mais um espaço atende as necessidades de uma empresa ou setor produtivo, mais ele tende a figurar como alvo de interesse dos investimentos privados (tão disputados no Brasil por municípios e unidades da federação), ainda que para isso o poder público tenha de atuar em função de interesses corporativos. Daí a proliferação de um conjunto de normas que, no Brasil atual, que atendem aos desígnios de empresas nacionais e externas, conferindo a tais agentes uma realização facilitada da acumulação. Como afirma Maria Laura Silveira, “(...) a produtividade espacial para uma ou outra produção, elemento constitutivo da guerra dos lugares, é crescentemente de conteúdo normativo, pois é mais rápido mudar o arranjo que a materialidade, sobretudo perante a impaciência das empresas e das regiões” (2003, p. 412).

O estado de Rondônia assume uma postura agressiva de participação na chamada “Guerra Fiscal”, deliberadamente praticada no país, justificando que as condições territoriais do estado por si só não configuram vantagens comparativas capazes de atrair os investimentos necessários ao crescimento econômico (RONDÔNIA, 2008a). A estratégia utilizada é a mais comum e a mais facilitada para a conquista de investimentos privados – uma farta política de incentivos fiscais que se inicia nos anos 1990 e é ampliada nos anos 2000. Deste modo, e com a produção de um novo conjunto de normas territoriais que garantem a isenção fiscal, a pecuária bovina e a indústria da carne encontram em Rondônia um território viável (SILVEIRA, 2003) à ação de um grupo de empresas em sua maioria externas à região.

A atividade de criação de bovinos para a produção de carne e leite é realizada em grande parte dos municípios rondonienses, com usos muito diferenciados de técnica e também com acesso muito variado à assistência e ao crédito. A criação de pequena quantidade de animais para o consumo próprio ou

venda de algum excedente ocorre em grande parte das propriedades rurais e também em assentamentos de reforma agrária, sobretudo quando se trata da pecuária leiteira.

Em que pese ser uma atividade realizada e em expansão desde a década de 1970, apenas recentemente a pecuária no estado de Rondônia conhece transformação e modernização significativas. É toda uma reestruturação produtiva que ocorre em função da própria reestruturação do território, garantindo as condições materiais de desenvolvimento de uma produção que aumenta e alcança mercados mais amplos no período atual.

Normas territoriais, expansão e industrialização da pecuária bovina em Rondônia

Em Rondônia, a pecuária é atividade praticada por um conjunto expressivo de pequenos produtores rurais. A atividade voltada para a produção de leite, praticada por assentados e pequenos produtores desde a década de 1970, ganha novo ímpeto no final dos anos 1990, quando é criado o Programa de Desenvolvimento da Pecuária Leiteira do Estado de Rondônia, que ficou conhecido como PROLEITE.

O incentivo à atividade leiteira constituiu numa redução de 35% do valor do imposto devido pelas saídas interestaduais de produtos lácteos, no entanto, teve em contrapartida das indústrias participantes, a criação de um fundo de reservas para o desenvolvimento do setor, a partir de depósitos de 1% do faturamento bruto para manutenção de um programa de investimento para o desenvolvimento do agronegócio em Rondônia (PAES E SOUZA et. al., 2009, p. 14).

Essa primeira norma territorial que garante a isenção fiscal resultou no maior interesse de empresários do ramo em fomentar a atividade industrial no estado, refletindo em aumento da produção no campo.

Uma segunda geração de normas visando a viabilização dos investimentos privados a partir de renúncia fiscal ocorreu no 2000, quando foi criado o Programa de Incentivo Tributário do Estado de Rondônia, voltado agora para qualquer atividade. Em 2005 o programa é readequado com a criação da lei de Incentivos Tributários do Governo de Rondônia (nº1558/2005), que prevê a isenção de 60 a 95% do imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS) por um período de até quinze anos para

empresas de qualquer natureza, sendo a atividade industrial a que mais recebe incentivo (isenção de até 95% do imposto) (PEREIRA, 2011, p.114). Esta foi a condição para que a indústria leiteira e também a da pecuária de corte encontrassem em Rondônia um território viável à expansão destas atividades na Amazônia brasileira.

No ano de 2006, o Censo Agropecuário Brasileiro indicou a existência de mais de trinta mil estabelecimentos agropecuários produtores de leite no estado. Dois municípios em Rondônia (Jaru e Ouro Preto do Oeste) figuravam no final dos anos 2000 entre os vinte maiores produtores de leite do país (COELHO, 2007).

Um importante número de pequenas e médias empresas se dedica ao beneficiamento e produção de derivados de leite, ainda que o volume de produção se concentre em alguns empreendimentos maiores. Alguns grandes laticínios existentes no território rondoniense destacam-se pela quantidade de leite processada e pela distribuição da produção, que hoje alcança outros estados do país. É o caso do Laticínio Tradição (que recebe 800 mil l. de leite diariamente, entregues por 9 mil produtores do estado) e também do Leite Primalat, dois dos maiores empreendimentos do estado de Rondônia, ambos localizados no município de Ji-Paraná, que contam com apoio do Programa de Incentivo Tributário (PIT) do Estado. O Grupo Parmalat adquire em 1994 uma das maiores plantas industriais do estado, no município de Ouro Preto do Oeste. Esta produção é também realizada por empresas de menor porte, como é o caso, por exemplo, das empresas Laticínios Rolim de Moura (com a marca Miraella) em Rolim de Moura, e do Laticínios Santa Luzia (marca Tradição) no município de Santa Luzia.

Além dos incentivos tributários, o Estado de Rondônia investiu em ciência e tecnologia para viabilizar e tornar competitiva a pecuária leiteira. A Seapes (Secretaria de Estado da Agricultura, Produção e do Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Rondônia) em parceria com a Emater (Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia) desenvolvem o Programa de Melhoria da Qualidade do Leite (Pró-Leite) e o Projeto Inseminar, que, implantado em 2004, já realizou inseminação artificial em mais de 23 mil matrizes (RONDÔNIA, 2007), visando melhoramento genético do rebanho leiteiro do estado, assegurando melhora do produto e aumento da

produtividade, já que as empresas recém instaladas necessitam de ofertas territorialmente próximas da matéria-prima.

Exigente de um movimento ainda mais rápido no que se refere ao transporte de insumos e mesmo do produto já pronto para a comercialização, os laticínios rondonienses encontram-se de certo modo bem distribuídos no território, em função de uma produção de leite também dispersa, ainda que o eixo da rodovia BR-364 apareça como fator organizador da localização destes empreendimentos, pela facilidade de transporte que a rodovia proporciona (Figura 2).

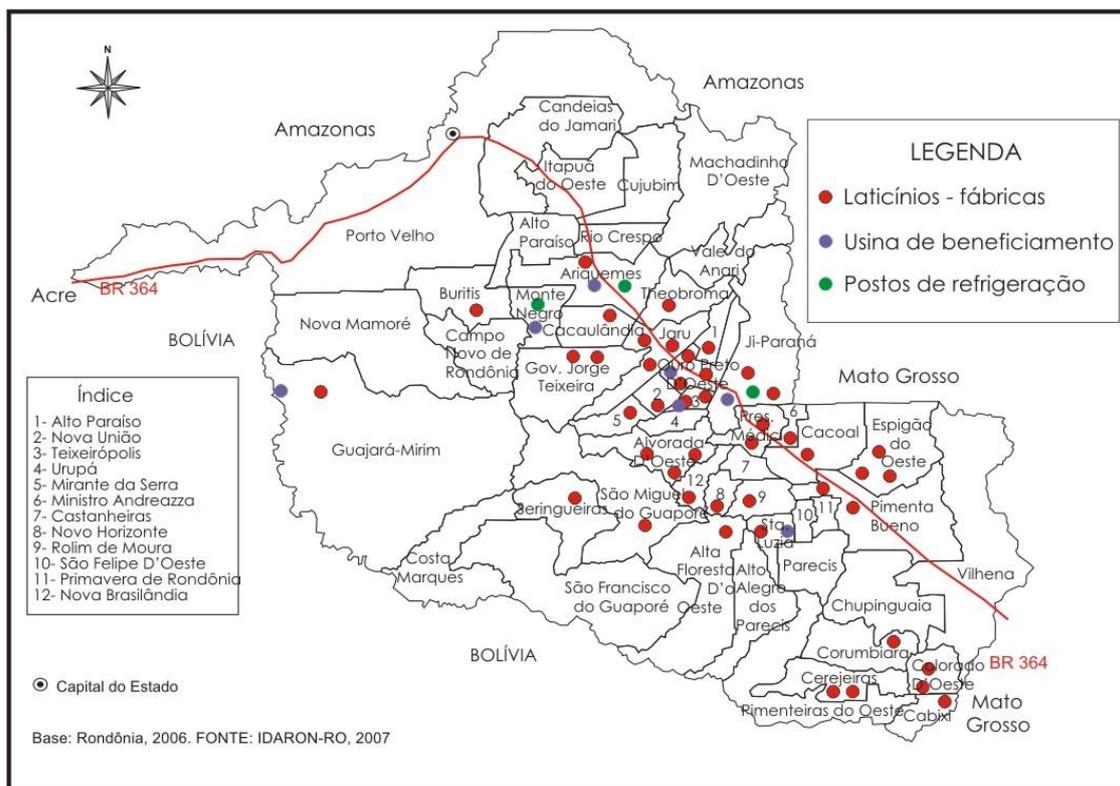


Figura 2. Estabelecimentos de beneficiamento de leite no Estado de Rondônia (2007)

A quantidade destes laticínios é maior quando comparada ao número de frigoríficos, sendo grande parte destes empreendimentos de pequeno porte e organizados sob a forma de cooperativas que recolhem a produção de pequenos e médios produtores.

Ainda que a pecuária leiteira ganhe importância como atividade econômica em Rondônia, é a pecuária de corte que conhece uma maior instrumentalização e modernização recentes.

Também a partir da década de 1970, produtores de médio e grande porte praticam atividades voltadas para a criação do gado de corte em Rondônia, que, num primeiro momento, é iniciada em função de interesses de pecuaristas que visavam alcançar os mercados de outras regiões do país (especialmente a região Sudeste, onde se concentrava o mercado consumidor). No entanto, e por conta das dificuldades de transporte em algumas áreas (nos anos 1970 e 1980), esta produção se volta para um mercado próximo, localizado na própria região.

A partir do final da década de 1990, a melhora nas condições de tráfego (adequação da rodovia BR-364), o preço mais baixo da terra para a formação de fazendas, o status de área livre de doenças sanitárias, conquistado a partir do ano de 2003 (especialmente para a febre aftosa, o que possibilitou a exportação para mercados da Europa), somados aos fartos incentivos tributários, figuraram como condições muito propícias ao fortalecimento da atividade, fatores estes que viabilizaram a instalação de grandes frigoríficos no estado, já no início dos anos 2000.

No entanto, para a compreensão desta transformação recente da pecuária rondoniense, é preciso principalmente levar em conta o papel desempenhado pelos novos arranjos normativos que garantem a viabilidade das atividades. A maior parte dos grandes empreendimentos de industrialização da carne em Rondônia desfruta de amplos incentivos territoriais que tornam a atividade muito lucrativa no território rondoniense. O programa estadual de isenção de impostos - Programa de Incentivos Tributários do Estado de Rondônia (PIT); que isenta até 95% do pagamento de ICMS (por um período de até 180 meses) das empresas instaladas a partir do ano 2000, aparece definitivamente como o principal mecanismo que garante o crescimento da atividade pecuária e da indústria da carne no território, ainda que as custas, muitas vezes, de um rearranjo da produção no território, que inclui fábricas sendo desativadas ou a redução significativa da atividade em tradicionais regiões produtoras. No entanto, tal crescimento foi comemorado em Rondônia pelo governo do Estado como verdadeira solução para o crescimento econômico, conforme afirmação de Marco A. Petisco, titular da Secretaria de Agricultura, Produção e Desenvolvimento Econômico e Social (SEAPES) de Rondônia, e então responsável pelo Programa de Incentivo Tributário do Estado:

Estes números (os da adesão ao Programa de Incentivo Tributário) ajudam a explicar, entre outras coisas, porque, no consolidado do primeiro trimestre de 2008, em comparação a igual período do ano passado, enquanto as exportações de carne de Minas Gerais caíram 26,88%, as exportações do Rio Grande do Sul diminuíram 47,55% e as de São Paulo foram reduzidas em 9,88%, a nossa balança comercial cresceu, somente neste item (carne), exatos 121,36% (RONDÔNIA, 2008b).

É todo um conjunto de esforços empreendidos pelo poder público estadual de Rondônia visando o crescimento da atividade pecuária, que é eleita como uma das principais vias de crescimento econômico do estado. Em que pese a condição de integrar a chamada Amazônia Legal, e todo um aparato jurídico normativo que prevê a preservação de recursos naturais (especialmente a cobertura florestal), os dados disponíveis no último Censo Agropecuário (2006) indicam não só o aumento das áreas de lavoura, mas principalmente um aumento tanto das áreas destinadas à pastagem quanto do número de bovinos de corte. Dados mais recentes indicam que o rebanho bovino do estado atualmente ultrapassa 12 milhões de cabeças (tanto animais voltados para o corte como os de aptidão leiteira) (IBGE, 2012).

O número de bovinos cresce proporcionalmente mais do que a área de pastagem (Quadro 1 e Figura 3), dado este que indica o aumento da produtividade da pecuária de corte, realizada agora com base em insumos técnicos e científicos próprios do período atual.

	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Lavouras (ha)	44.636	193.463	373.431	530.543	432.308	513.464
Pastagens (ha)	132.192	224.570	752.837	1.100.876	2.992.069	5.064.261
Bovinos	23.125	55.392	251.419	770.531	3.937.291	8.649.683

Quadro 1. Evolução da área com lavouras e pastagens e do efetivo de bovinos de corte em Rondônia (1970-2006)

Fonte: IBGE, 2007, p.49. Organizado pelo autor.

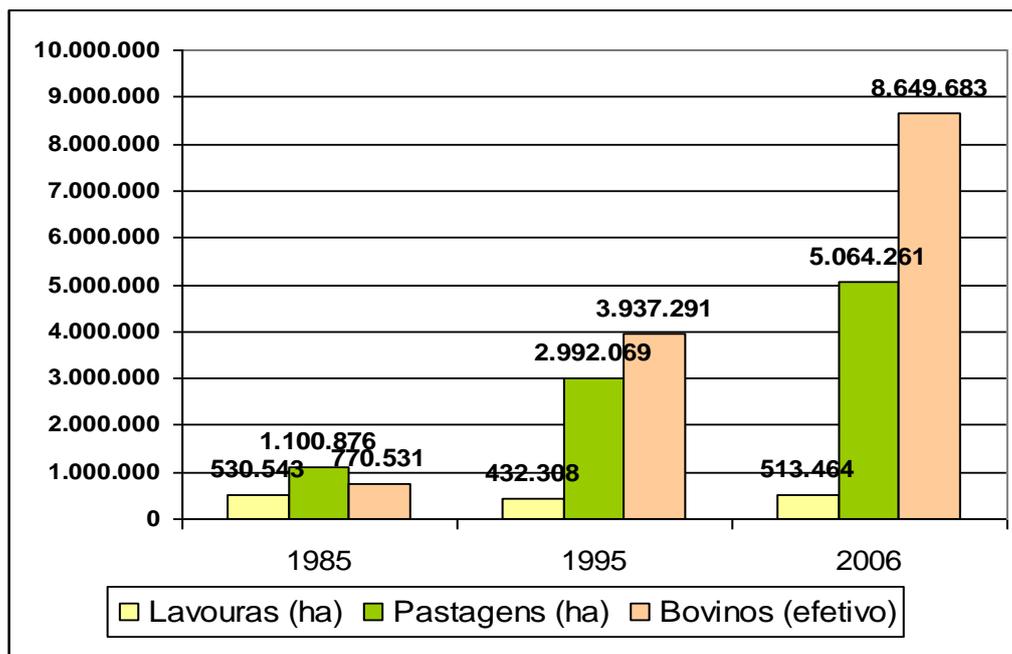


Figura 3. Aumento das áreas de lavouras e pastagens e do efetivo de bovinos de corte em Rondônia (1985, 1995, 2006).

O efetivo dos bovinos de corte em 2006 aumenta em cerca de oito vezes o total do efetivo de 1985, e é mais do que o dobro daquele encontrado em 1995, situação esta viabilizada pela transformação e incremento dos sistemas de objetos, de ações e de normas mobilizados para dinamizar a atividade pecuária em Rondônia a partir do ano 2000, quando entra em vigor o Programa de Incentivo Tributário do Estado.

Inegavelmente, são tais normas territoriais que atuam de modo mais incisivo para a atração de investimentos privados.

Técnica e normativamente preparado para acolher tais atividades, no ano de 2012 o estado de Rondônia torna-se o quarto maior estado brasileiro em número de bovinos abatidos (foram mais 1,9 milhões animais abatidos em Rondônia, de um total de 23,4 milhões de animais abatidos no Brasil). No ano 2000, Rondônia ocupava a 10^a posição em número de abates no país (com pouco mais de 400 mil cabeças abatidas) (IBGE, 2013).

A pecuária de corte é voltada para a produção do chamado “boi verde”, no mais das vezes o gado nelore (zebuíno) criado de forma extensiva, em pastagens plantadas em áreas que normalmente aparecem como degradadas (pela prática agrícola ou mesmo resultantes de pastos pouco produtivos). O destino da produção também demonstra quanto a atividade pecuária está voltada para o mercado externo. Desde 2004, segundo a Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo), acompanhado do crescimento da produção, Rondônia também participa, *pari passu*, da lógica do trabalho e da produção voltados para a exportação, alcançando a quinta colocação entre os estados exportadores de carne do país (Quadro 2).

	2004	2005	2006	2007	2008
Volume exportado (em toneladas)	8.172	20.707	50.992	103.476	99.263
Participação no total da exportação do país	0,70%	1,50%	3,30%	6,30%	7,2%
Posição entre os estados exportadores	9º	8º	6º	5º	5º

Quadro 2. Rondônia – exportações de carne bovina (2004-2008)

Fonte: ABRAFRIGO, 2009. Organizado pelo autor.

Os dados revelam que, ao passo em que Rondônia alcança, ano a ano, novas colocações entre os maiores estados exportadores, o volume de carne exportada aumenta em mais de dez vezes. No entanto, se o discurso do desenvolvimento econômico sustenta as políticas de incentivo fiscal, tanto a criação de animais quanto a industrialização da produção não ocorrem de forma homogênea no território e a riqueza produzida não se reverte em vantagens nem para a maior parte dos municípios e nem mesmo para as empresas locais.

Esta é também uma “novidade” do período – a produção moderna e industrializada de carne é realizada por algumas poucas empresas (em sua maioria de capital externo à região) e destinada aos mercados do exterior e sobretudo da Região Concentrada do país (SANTOS; RIBEIRO, 1979; SANTOS; SILVEIRA, 2001), onde a renda se realiza e é apropriada.

Os grandes grupos que se dedicam à indústria da carne recém instalados em Rondônia praticam topologias que alcançam praticamente todo o território nacional (muitos dos quais com forte ligação

com capitais e grupos estrangeiros). Estes grupos são os mais beneficiados pela farta política de incentivos do estado e acabam assim por centralizar a maior parte da produção, ao mesmo tempo em que operam uma acumulação ampliada e concentrada do capital.

O Grupo JBS, um gigante do setor com unidades de produção em mais de dez países e explorando mercados em todo o mundo, destaca-se como um dos principais agentes que controlam o circuito produtivo da carne no Brasil, é o maior produtor e exportador de carne no estado de Rondônia (presente desde o ano de 2003, quando adquiriu o grupo nacional Friboi), com unidades localizadas nos municípios de Vilhena, Cacoal (onde funcionam duas unidades), São Miguel do Guaporé e Porto Velho. Além de atuar na produção para o mercado interno, o Grupo JBS-Friboi é um dos maiores exportadores de carnes do Brasil. Há também destaque para uma unidade do Grupo Marfrig (sede em São Paulo, explorando mercados em várias partes do mundo), com um frigorífico localizado no município de Chupinguaia; e ainda para o frigorífico do Grupo Minerva (sede em Barretos-SP), instalado em 2005 no município de Rolim de Moura.

As principais empresas exportadoras de carne que possuem unidades de produção (frigoríficos) no território rondoniense também são, em sua maioria, oriundas de outros estados do país e ligadas a grupos estrangeiros (Quadro 3).

Grupo/Empresa	Unidade em Rondônia	Produtos Exportados
Marfrig Alimentos	Chupinguaia	Carne “in natura”
Irmãos Gonçalves	Jaru	Carne “in natura”
Minerva	Rolim de Moura	Carne “in natura”; Miúdos de bovino
JBS S.A.	Porto Velho	Carne “in natura”; Miúdos de bovino; Envoltórios naturais
JBS S.A.	Vilhena	Carne “in natura”; Miúdos de bovino; Envoltórios naturais
Urupá - Ind. e Comércio Ltda	Ji-paraná	Carne “in natura”
Marfrig	Ariquemes	Carne “in natura”; Produtos a base de carne

Frigorífico Tangará	Ji-Paraná	Carne “in natura”
Big Charque Ind. Com. Ltda.	Cacoal	Charque
JBS S. A.	Cacoal	Carne “in natura”
JBS S.A.	São Miguel do Guaporé	Carne “in natura”

Quadro 3. Principais exportadores de carne bovina no Estado de Rondônia (2012).

Fonte: MAPA-SIF *apud* ABIEC, 2013. Organizado pelo autor.

A maioria destes grandes frigoríficos localizados em Rondônia está habilitada a exportar carne bovina para os seguintes países: África do Sul, Argentina, Egito, Emirados Árabes Unidos, Hong Kong, Israel, Paraguai, Peru, Ucrânia, Uruguai, Venezuela.

Os primeiros anos do século XXI consolidam uma nova produtividade espacial para a atividade pecuária em Rondônia e a produção industrial de carnes utiliza-se da rodovia BR-364 como condição de produção (essencial ao transporte de animais e para o escoamento das carnes processadas). Daí a concentração de grande parte destes equipamentos produtivos (no mais das vezes localizados às margens da BR-364) (Figura 4).

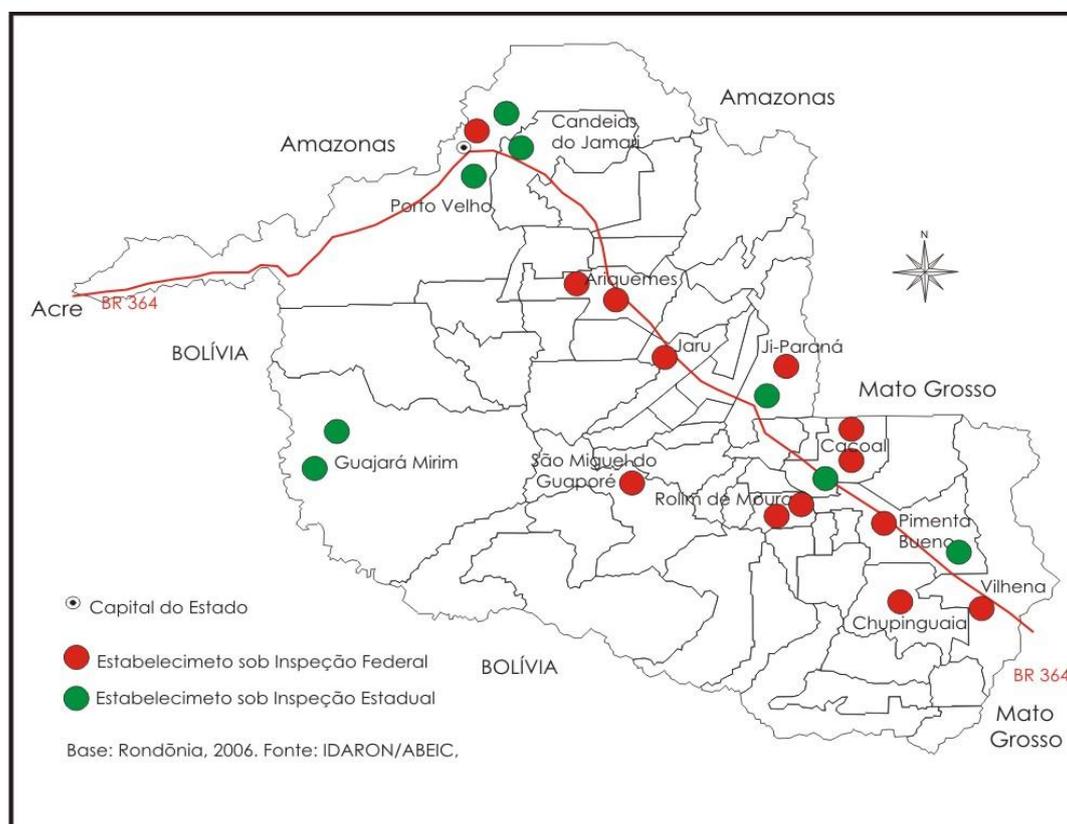


Figura 4. Frigoríficos no Estado de Rondônia (2011). Elaboração do autor.

A moderna produção de carne é exigente de uma logística que requer condições plenas de movimento e fluidez, desde o local de abate dos animais até os portos por onde a produção é exportada. Como observam Ojima e Bezerra:

Para os frigoríficos, a logística começa desde a chegada do gado até a sua descarga para o abate e posterior desossa. Envolve etapas referentes aos cortes (que pode variar de acordo com cada comprador), à embalagem da carne, à conferência do produto e à expedição da carga nas carretas para ser distribuída, tendo como destino o mercado interno ou o externo. (...) Os grandes frigoríficos migraram de região, passando a alocar o seu complexo industrial próximo às unidades produtoras, onde recolhem os animais para o abate num raio de 200 quilômetros. Quanto mais próximo do abatedouro estiver o produtor, menor é o estresse sofrido pelo gado, além de diminuir a incidência de lotes com grande número de cabeças com contusões (OJIMA;; BEZERRA, 2008:1).

O crescimento da produção de bovinos no estado é assim acompanhado da introdução de novas unidades de produção (frigoríficos). Após o abate, a produção é escoada pela BR-364 até os mercados consumidores localizados sobretudo na Região Concentrada do país, enquanto que a exportação ocorre através dos portos da região Sudeste, de onde as cargas seguem até os seus destinos finais. Em que pese a distância considerável do local de produção até os portos que finalizam a exportação, ao que tudo indica, os grupos que instalam novas unidades produtivas em Rondônia, isentas de boa parte dos impostos, encontram possibilidades de inserção (no mercado interno e externo), de uma produção competitiva, redefinindo a logística e fluxos da produção de carnes no território brasileiro.

Para além das vantagens obtidas pelas empresas com o Programa de Incentivo Tributário, o território mais uma vez acaba acolhendo uma atividade que se presta mais às necessidades externas à região. No que se refere à exportação, há ainda de se levar em conta a grande dependência de normas e de situações econômico-produtivas advindas diretamente do exterior, como foi o caso, por exemplo, dos problemas de exportação da carne brasileira evidenciados em janeiro de 2008 pelas constantes ameaças da União Européia, justificando a suspensão temporária das exportações devido à suposta precariedade das condições sanitárias no abate, industrialização e comercialização do produto nacional,

o que torna de certa forma a atividade de exportação instável. Este problema é uma das nítidas manifestações de um território que mais uma vez se afirma como espaço derivado (SANTOS, 1978), ou seja, um espaço que se organiza em função de uma produção muito dependente de um mercado e de um comando externos, ainda que o governo e o empresariado do setor afirmem ser a pecuária uma das possibilidades mais viáveis de desenvolvimento e crescimento econômico em Rondônia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aumento extraordinário que a produção pecuária conhece neste início de século no Brasil e no estado de Rondônia pode em muito ser explicado a partir da idéia de “produtividade espacial” proposta por Milton Santos (1999). Conforme avalia o autor:

Dentro de um certo tipo de economia hegemônica há espaços que são mais produtivos do que outros, e assim, ter-se-ia que medir, ou ao menos considerar, produtividades espaciais diferentes segundo lugares, o que tornaria possível participações diferentes no processo global (SANTOS, 1999, p. 17).

Ainda que as condições territoriais e o efeito de custos com distância figurem até hoje como fatores locacionais importantes, o peso das normas territoriais, especialmente as voltadas à isenção ou renúncia fiscal aparecem como um elemento determinante, cuja análise é indispensável quando avaliamos as estratégias de uso do território. Localizado na Amazônia brasileira, região que não detém os principais mercados consumidores, distante mais de dois mil quilômetros dos principais portos exportadores e com uma infraestrutura de transportes de certo modo ainda incipiente, as normas territoriais viabilizadas a partir do ano 2000 tornam o estado de Rondônia um dos principais e mais competitivos produtores de carne bovina.

A partir de um novo conjunto de normas e da declarada opção do Estado pela chamada “Guerra Fiscal”, foram criadas as condições normativas para que a atividade pecuária, sobretudo aquela voltada para a produção industrial moderna, se estabelecesse com vantagens nesta porção do território brasileiro, visando inclusive a inserção da produção em mercados no exterior e garantindo uma maior

produtividade espacial à atividade, que torna o território rondoniense atrativo aos grandes grupos nacionais e estrangeiros.

Milton Santos (1999) reconhece que esta produtividade espacial precisa ser desvendada em termos políticos-ideológicos, ou seja, quais as suas razões últimas? Qual o projeto de desenvolvimento almejado pelos lugares? Quem o coordena? Quais intenções presidem as ações que garantem este tipo de crescimento? Entendemos que a idéia de crescimento econômico prevalece frente à idéia de um desenvolvimento social que atenda aos interesses de todos, inclusive porque tais práticas normativas – a chamada “Guerra Fiscal”, que configura uma verdadeira “guerra de lugares” (SANTOS, 2002), acirram as unidades da federação e disseminam uma alienação dos lugares (CATAIA, 2003), desviando propostas e projetos autônomos, visto que privilegia interesses corporativos.

É o que ocorre em Rondônia quando a estrutura que dá suporte ao crescimento econômico e ao fomento da indústria da carne tem como base uma política que privilegia, com a concessão de fartos incentivos territoriais, agentes externos que encontram, no lugar, oportunidades muito mais vantajosas e facilitadas de acumulação.

Estas posturas que valorizam um crescimento a qualquer custo (que de fato não se reverte em desenvolvimento social), somadas aos mecanismos políticos normativos típicos deste período atual (normas territoriais), asseguram a existência de um efeito aparente de modernização no estado de Rondônia, já que as infraestruturas produtivas se efetivam e os números recentes da produção conhecem um crescimento extraordinário, ainda que a riqueza gerada não seja apropriada e não se reverta em benefício da maioria, já que a maior parte das empresas pertence ou está ligada a grandes grupos externos à região. Assim, ao investir em territórios com tal normatização, grandes grupos e empresas praticam uma espécie de acumulação prévia, com retorno de certo modo garantido do investimento, uma forma a mais de ganho do capital que, nos parece, acaba por ser eleita como uma política fácil de “desenvolvimento” no Brasil.

Amplia-se, deste modo, a inserção dos nexos capitalistas no lugar, enquanto as transformações prestam-se muito mais àquela busca por um crescimento econômico que, no mais das vezes, pouco contribui para a melhora das condições materiais de vida da maioria da população, ao mesmo tempo em que se produz mais fragmentação do território, haja vista que as atividades modernas tiram a força da economia tradicional, concentrando, com privilégio, a atenção e os recursos das políticas públicas.

Tais condições de viabilidade e de competitividade (SILVEIRA, 2003) são criadas a partir de esforços públicos, ainda que a renda gerada pela produção seja apropriada de modo concentrado, e, agora, sobretudo por grandes empresas cujo comando e capital são intimamente ligados às demandas e interesses externos ao próprio país. Faz-se necessário pensarmos outras formas de uso do território e uma outra política, para que as normas sejam produzidas sejam endereçadas aos interesses da maioria de seus agentes.

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq-Brasil, pelos recursos concedidos para a realização da pesquisa.

REFERÊNCIAS

ABEIC (Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes). *Estatísticas de abates e exportação* (Sítio na internet). Disponível em: <<http://www.abiec.com.br>>, acesso em abril de 2013.

ABRAFRIGO (Associação Brasileira de Frigoríficos). *Abrafrigo (Sessão estatísticas)*. (Sítio na internet). Disponível em: <<http://www.brafrigo.com.br>>, acesso em dezembro de 2009.

CATAIA, M. A alienação do território – o papel da Guerra Fiscal no uso, organização e regulação do território brasileiro. In: M. A. A. de Souza (org.) *Território Brasileiro: usos e abusos*. Campinas: Territorial, 2003, p.397-416,

COELHO, J. *Expojipa vai reunir pecuaristas de todo o país*. Folha de Rondônia. Caderno Agrofolha. Ji-paraná, 2007. Disponível em: <<http://www.folhaderondonia.com.br>>, acesso em maio de 2007.

Rondônia (Estado). *Guerra fiscal: incentivo é alternativa para Rondônia atrair novos investimentos*. Departamento de Comunicação Social do Estado de Rondônia. (sítio na internet). 2008a. Disponível em: <<http://www.rondonia.ro.gov.br>>, acesso em abril de 2008.

_____. *Programa de Incentivo Tributário: 700 milhões de reais investidos e 14 mil empregos criados em um ano e meio*. Departamento de Comunicação Social do Estado de Rondônia. (sítio na internet). 2008b. Disponível em: <<http://www.rondonia.ro.gov.br>>, acesso em abril de 2008.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Censo Agropecuário 2006*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007, 142p.

_____. *Produção Pecuária 2012*. IBGE Estados (sítio na internet). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/>>, acesso em abril de 2013.

LOPES, B. C; MATARIM, D. L.; FRANÇA, M. G. B; MIZIARA, M. N.; LOPES, P. A.; FRANCO, T. *Genética bovina brasileira: mercado internacional e mapeamento das competências e tecnologias mineiras*. Uberaba: Polo de Excelência em Genética Bovina/Fapemig, 2012, 110 p.

OJIMA, A. L. de O.; BEZERRA, L. M. C. *Os frigoríficos e a logística de exportação da carne bovina*. Instituto de Economia Agrícola do Estado de São Paulo (IEA), Conjuntura/Textos. 5 p. 2005. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/OUT/verTexto.php?codTexto=2567>>, acesso em junho de 2008.

PAES DE SOUZA, M.; AMIM, M.; GOMES, S. T. Agronegócio do leite: características da cadeia produtiva no Estado de Rondônia. *Revista de Administração e Negócios da Amazônia*. 1, (1), p.1-20, 2009. Disponível em: <www.periodicos.unir.br/index.php/rara/article/download/4/1> , acesso em dez. 2012.

PEREIRA, M. F. V. *O antagonismo das normas territoriais no sudoeste da Amazônia: território usado e conflito de interesses em Rondônia e Acre*. Geografia. Rio Claro, vol. 36 (número especial), p.107-117, 2011.

SANTOS, M. *Société et espace: la formation économique et social comme théorie et comme méthode*. Cahiers Internationaux de Sociologie. Paris. LX, p. 261-276, 1977.

_____. *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo*. São Paulo: Hucitec, 1978, 113p.

_____. O território e o saber local: algumas categoriais de análise. *Cadernos IPPUR*. Rio de Janeiro, XIII, (2), p.15-26, 1999.

_____. *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000. 174 p.

_____. Guerra dos lugares. In: *O país distorcido: O Brasil, a globalização e a cidadania*. São Paulo: Publifolha, 2002, p.87-90.

SANTOS, M.; RIBEIRO, A. C. T. *O conceito de região concentrada*. UFRJ, IPPUR/ Departamento de Geografia. Rio de Janeiro, 1979 (mimeo).

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p.

SEAPES (Secretaria de Estado da Agricultura, Produção e do Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Rondônia). *Rondônia, crescer é o nosso perfil. Relatório de Gestão - Seapes 2007*. Porto Velho: SEAPES/RO, 2007. 42p.

SILVEIRA, M. L. A região e a invenção da viabilidade do território. In: SOUZA, M. A. A. de (org.) *Território Brasileiro: usos e abusos*. Campinas: Territorial, 2003. p.408-416.